



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

# RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

## 25 de Fevereiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.<sup>a</sup> da República nº68, 1069-213  
Lisboa - Portugal  
Telf.: (+351) 965902180  
Fax: (+351) 217 951 778  
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



**mirex.gov.ao**  
Ministério das Relações Exteriores

# JORNAL DE ANGOLA *On Line*

**TERÇA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2025**

## **João Lourenço autoriza obras emergenciais para conter ravinas**

O Presidente da República, João Lourenço, autorizou a realização de obras emergenciais para conter e estabilizar oito ravinas identificadas na província de Cabinda, que ameaçam a circulação rodoviária, infra-estruturas públicas e privadas, conforme disposto no Despacho nº 68/25, de 13 de Fevereiro, publicado em Diário da República.

A medida prevê um investimento de três mil e seiscentos milhões de kwanzas, financiados através do Fundo Rodoviário e Obras de Emergência (FROE).

O projecto inclui empreitadas e serviços de fiscalização em várias localidades, com destaque para as ravinas junto ao Reservatório da Cabeceira do Recalque de Água à Cidade, ao Terminal Oceânico de Cabinda, à Linha de Água da Montanha de São Luís e à conduta de água Bisassanha/Sassa Zau.

Ao ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação é delegada competência, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos decisórios e de aprovação tutelar, verificação da validade e legalidade dos actos do procedimento, elaboração das peças do procedimento, incluindo a celebração e assinatura dos contratos acima referidos.

No mesmo despacho, o Presidente da República autorizou o alargamento e a reabilitação da Estrada Nacional (EN)

110, no troço Catete/Cabala/Muxima, na província de Icolo e Bengo, aumentando a extensão da intervenção para 69 quilómetros.

A medida visa melhorar a circulação rodoviária e garantir maior segurança aos utentes, diante do crescente fluxo de veículos na região. O projecto, que será executado por contratação simplificada, está orçado em 81,3 mil milhões de kwanzas, incluindo serviços de fiscalização no valor de 1,2 mil milhões de kwanzas. (J.A.)++++

## **Fundo Monetário Internacional destaca recuperação da economia angolana**

A economia de Angola recuperou em 2024, à medida que o sector petrolífero se recuperou, estimando-se um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 3,8 por cento.

Este indicador superou as projecções anteriores e a recuperação ampliou-se para o sector não petrolífero. A conclusão é do Fundo Monetário Internacional (FMI), que, ontem, tornou pública a avaliação da conclusão da consulta do Artigo IV com Angola.

O Artigo IV do FMI refere-se à estabilização macroeconómica do país, ao crescimento económico e aos desafios que Angola enfrenta. A relação dívida pública/PIB caiu em 2024, beneficiando-se de um maior crescimento nominal do PIB e superávits primários sustentados.

No entanto, os esforços de consolidação fiscal diminuíram, e os amortecedores construídos durante o programa apoiado pelo EFF de 2018-2021 estão a ser corroídos por deslizações fiscais de maiores despesas de capital e uma reforma mais lenta dos subsídios aos combustíveis. A inflação permaneceu elevada, impulsionada por pressões cambiais e preços mais altos de alimentos. O banco central aumentou a

taxa de política monetária em 150 bps (pontos base) em 2024 e simplificou a gestão de liquidez, resultando num melhor alinhamento da taxa interbancária com a taxa de política.

A moeda desvalorizou-se em mais de 10 por cento em relação ao dólar americano em 2024. Expectativas adversas de mercado e um alto serviço de dívida externa continuam a pesar sobre a taxa de câmbio. A gestão activa de caixa e dívida do Governo ajudou a mitigar as pressões de liquidez.

Espera-se que a recuperação continue, mas os riscos para a perspectiva permanecem altos. Espera-se que o crescimento permaneça em 3% em 2025, enquanto a inflação deve diminuir com o desaparecimento dos factores de pressão de custos.

A resolução de gargalos de manutenção em blocos de extracção importantes e os esforços liderados pelo Governo para incentivar a produção devem ajudar a sustentar a produção de petróleo. No entanto, o alto serviço da dívida externa restringe os gastos com desenvolvimento, e a dependência do petróleo continua a ser um obstáculo ao crescimento sustentável.

O risco de liquidez pode intensificar-se caso as condições de financiamento se deteriore, afastando, ainda, mais os gastos sociais e exercendo pressões sobre a taxa de câmbio. Além disso, com eleições presidenciais programadas para 2027, um início precoce do ciclo político corre o risco de desacelerar a implementação de reformas económicas.

No lado positivo, preços mais altos do petróleo, repercussões positivas de mais flexibilização da política monetária global e IEDs não petrolíferos mais fortes, inclusive por meio do desenvolvimento do Corredor do Lobito podem melhorar a perspectiva de médio prazo.

“Os directores apoiaram o Plano de Desenvolvimento Nacional das autoridades para atingir um crescimento mais

diversificado e resiliente. Um foco principal deve ser em políticas favoráveis ao mercado para simplificar as regulamentações empresariais, aprimorar a governança, combater a corrupção, desenvolver o capital humano e aprofundar a inclusão financeira.

Uma capacidade estatística mais forte também é necessária para dar suporte à formulação de políticas sólidas”, lê-se na nota do FMI.

### **Conselho Executivo realça desempenho da economia**

Os directores executivos do FMI concordaram com o ímpeto da avaliação da equipa, de acordo com a publicação divulgada ontem. Ao mesmo tempo em que saudaram a recuperação económica, destacaram os riscos contínuos da volatilidade do preço do petróleo e das vulnerabilidades da dívida.

Nesse contexto, os directores enfatizaram a urgência de acelerar as reformas estruturais para fortalecer a estabilidade macroeconómica e financeira e promover o crescimento diversificado e inclusivo.

“Os directores enfatizaram que retornar a um caminho de consolidação fiscal é essencial para fortalecer as reservas e criar espaço para as necessidades de desenvolvimento. Eles enfatizaram a importância de implementar totalmente as reformas de subsídios aos combustíveis, acompanhadas de medidas de mitigação para proteger os mais vulneráveis e intensificar os esforços de mobilização de receitas não petrolíferas.

Os directores também aconselharam a racionalização do investimento público e a melhoria da eficiência dos gastos em linha com as recomendações do PIMA de 2019, fortalecendo a gestão financeira pública, incluindo a estrutura de aquisição e as reformas das SOE, e melhorar a gestão de caixa e dívida para mitigar os riscos de liquidez e apoiar um retorno

oportuno aos mercados, conforme avançam. “Os directores enfatizaram a necessidade de a política monetária manter um viés de aperto para garantir uma desinflação duradoura. Eles pediram às autoridades que respeitassem rigorosamente o tecto dos empréstimos governamentais para salvarguardar as reservas internacionais e conter as pressões inflacionárias”.

Os directores acolheram com satisfação os esforços das autoridades para agilizar a gestão de liquidez para melhorar a transmissão da política monetária, bem como para melhorar o funcionamento do mercado de câmbio e a flexibilidade da taxa de câmbio como parte da transição para uma estrutura de metas de inflação.

“Os directores ressaltaram a necessidade de continuar a abordar as vulnerabilidades do sector financeiro. Pediram às autoridades que abordassem as fraquezas da AML/CFT para obter a rápida remoção da lista cinzenta do GAFI. Enfatizaram a importância de implementar efectivamente novas regulamentações de supervisão e desenvolver uma estrutura de estabilidade financeira robusta, incluindo redes de segurança fortalecidas.

Aconselharam, por outro lado, a abordar as vulnerabilidades restantes donexo banco soberano, altos NPL e bancos problemáticos, e aguardam ansiosamente a próxima avaliação do FSAP. No comunicado que publicou, o FMI diz espera que a próxima consulta do Artigo IV com Angola seja realizada no ciclo padrão de 12 meses. (J.A.)++++

## **PGR na reunião da ONU sobre a Convenção contra Corrupção**

**A Procuradoria-Geral da República (PGR) participou na XVI Sessão do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, que decorreu em Viena, Áustria.**

A comitiva angolana, representada por peritos afectos à Casa Civil do Presidente da República, Ministério das Finanças e Inspeção Geral da Administração do Estado, abordou, entre outros assuntos, o desempenho do Mecanismo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, recuperação de activos e o beneficiário efectivo.

De acordo com um comunicado da PGR, o evento, que reúne regularmente aproximadamente 130 Estados- membros, organizações intergovernamentais, fundos, sistemas e agências especializadas das Nações Unidas, vai discutir também, o intercâmbio de informações, práticas e experiências adquiridas pelos Estados Parte da referida Convenção.

A participação da delegação angolana responde às atribuições da Comissão Interministerial responsável pela implementação da Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da Corrupção, tal como da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção e Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção.

A XVI Sessão do Grupo de Revisão de Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a corrupção é uma plataforma de troca de informação entre os órgãos de aplicação da lei contra a corrupção, integrado por países membros e reveste os seus membros de conhecimentos, recursos e outras ferramentas necessárias para a definição de políticas e estruturas decisivas no âmbito do Combate à Corrupção, refere o mesmo documento. *(J.A.)++++*

## **Angola regista progressos na promoção da igualdade de género**

**Angola fez progressos significativos na promoção da igualdade de género, desde a última avaliação da Declaração de Pequim e da Plataforma de Acção, confirmou segunda-**

**feira, em Genebra, Suíça, a secretária de Estado para as Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça.** Ao intervir no painel de alto nível da 58<sup>a</sup> sessão do Conselho dos Direitos Humanos (CDH) da ONU, sob o tema “Trigésimo aniversário da Declaração de Pequim e da Plataforma de Acção”, a diplomata reafirmou o alinhamento de Angola à posição comum africana em matéria de Direitos Humanos, que definiu as prioridades do continente para o próximo ciclo de implementação da Declaração e a Plataforma de Acção de Pequim.

A título de exemplo, referiu que, pela primeira vez, Angola tem mulheres a ocuparem cargos públicos de grande relevância, nomeadamente a Vice-Presidência da República, a presidência da Assembleia Nacional, do Tribunal Constitucional e a da Provedoria de Justiça.

Esmeralda Mendonça reiterou o compromisso do país com a Declaração e Programa de Acção de Pequim e saudou o papel incontornável da ONU Mulheres na definição e integração de género na implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas.

A sessão de abertura, ontem, contou com a participação de mais de 100 representantes dos Estados-membros da ONU e a presença de altos dignitários, como o presidente do Conselho de Direitos Humanos, Jürg Lauber, o presidente da Assembleia Geral, Philemon Yang, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, o Alto-Comissário para os Direitos Humanos, Volker Türk, e o chefe do Departamento Federal dos Negócios Estrangeiros da Confederação Suíça, na qualidade de representante do país anfitrião.

### **Sobre o Conselho de Direitos Humanos da ONU**

O CDH da ONU, criado em 2006, é um dos órgãos subsidiários das Nações Unidas. Presta contas a todos os Estados-membros da ONU. Tem um grupo de 47 países eleitos, escolhidos segundo distribuição geográfica do mundo, que

cumprem mandatos de três anos no Conselho e cada país pode ser eleito apenas por dois anos consecutivos. A principal actuação do Conselho é julgar processos de condutas que violem os direitos básicos exercidos em qualquer território do mundo.

O órgão actua sobre as premissas do Direito Internacional, ou seja, age a partir de normas instituídas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e aderidas pela maioria dos países membros da ONU. (J.A.)++++

## **Vice-comissário do Comércio britânico para a África chega a Luanda**

**O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio do Reino Unido realiza, a partir de hoje, uma série de reuniões em Angola, marcando um passo significativo no fortalecimento das relações comerciais entre os dois países.**

Um comunicado refere que, a convite do embaixador britânico em Angola, Bharat Joshi, o comissário-adjunto do Comércio de Sua Majestade para o Continente Africano, Ben Ainsley, visita Angola pela primeira vez de 25 a 27 de Fevereiro.

Ben Ainsley vai reunir-se com o ministro da Indústria e Comércio de Angola, Rui de Oliveira, bem como com entidades seniores da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX) e do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

Estão, igualmente, agendadas visitas à Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, o primeiro espaço físico e delimitado para promover a industrialização nacional e apoiar a agenda de diversificação económica.

Juntamente com a Câmara do Comércio Reino Unido-Angola, o comissário vai participar numa mesa-redonda para dar visibilidade ao leque de “Oportunidades & Parcerias

entre o Reino Unido e Angola”, bem como colher impressões sobre os empresários angolanos com interesse em firmar parcerias com o Reino Unido. No geral, estes engajamentos visam explorar oportunidades de cooperação e investimento em sectores-chave como Agricultura, Infra-Estruturas, Mineração, Educação e Serviços Financeiros.

O documento refere, ainda, que o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte está comprometido em colaborar com Angola para impulsionar o desenvolvimento económico do país e apoiar os esforços de diversificação da economia angolana, com especial atenção à redução da dependência das exportações de petróleo.

Ao fortalecer os laços comerciais com Angola, o Reino Unido visa promover o crescimento económico, a criação de empregos e o desenvolvimento sustentável em ambos os países, conclui o documento. (J.A.)++++

### **Defendida redinamização das relações com a Bielorrússia**

A reconfiguração estratégica das relações bilaterais entre Angola e a Bielorrússia esteve em abordagem, ontem, em Luanda, entre o secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Vieira Lopes, e o embaixador indigitado da Bielorrússia em Angola, Lhar Marshalau.

As duas entidades reuniram com o objectivo de redinamizar a cooperação político-diplomática e económica. De acordo com uma nota a que o Jornal de Angola teve acesso, dentre as prioridades elencadas entre os dois países destaca-se a revisão de instrumentos jurídicos firmados, com vista à adaptação ao actual contexto geopolítico e económico.

De acordo com o documento, com a chegada do novo embaixador da Bielorrússia a Angola abrem-se novas

perspectivas para o aprofundamento da cooperação bilateral, num momento em que os dois países procuram diversificar a sua parceria estratégica. Com jurisdição diplomática alargada à Zâmbia e residência oficial no Zimbabwe, o diplomata bielorrusso, com o estatuto de não residente, pretende reconfigurar as estratégias das relações bilaterais entre os dois países.

A interacção entre os sectores privados dos dois países poderá ganhar novo impulso, com potenciais investimentos nos mais variados domínios. O envolvimento directo do novo embaixador nestes processos, segundo ainda o documento, vai contribuir para uma maior proximidade entre os agentes económicos e governamentais, o que criará condições favoráveis para a concretização de parcerias sustentáveis. (J.A.)++++

### **Suíça reafirma apoio ao desenvolvimento do país**

**A Suíça manifestou, segunda-feira, em Luanda, a disponibilidade de continuar a apoiar o desenvolvimento de Angola, através de iniciativas conjuntas que promovam o crescimento sustentável.**

Esta garantia foi dada ao ministro das Relações Exteriores, Tété António, pelo embaixador da Confederação Suíça acreditado na República de Angola, Lukas Gasser, durante um encontro na sede da diplomacia angolana.

De acordo com uma nota do MIREX, a Suíça tem demonstrado um compromisso constante com os direitos humanos e as liberdades fundamentais, alinhando-se com os princípios defendidos por Angola.

As relações político-diplomáticas e de cooperação entre Angola e a Confederação Suíça remontam desde os primeiros anos da Independência Nacional. O encontro serviu, também, para as duas entidades debruçarem-se sobre questões relacionadas com o fortalecimento das relações bilaterais

entre Angola e a Confederação Helvética. Recentemente, Angola e a Confederação Suíça manifestaram a intenção de concluir os instrumentos jurídicos bilaterais, no que tange à protecção de investimentos e prevenção da dupla tributação.

A Suíça é um país montanhoso da Europa Central com um grande número de lagos, vilas e picos elevados dos Alpes. As suas cidades têm bairros medievais e monumentos como a torre do relógio Zytglogge, na capital Berna, e a ponte de madeira de Lucerna. (J.A.)++++

## **Embaixador indiano identifica novas áreas de investimentos**

**O embaixador da República da Índia acreditado em Angola, Vidhu P. Nair, visitou, segunda-feira, a província de Cabinda com o objectivo de identificar possíveis campos de investimentos e oportunidades de intercâmbio com a região no domínio do ensino superior.**

No final da visita, o diplomata disse à imprensa que a Embaixada da Índia vai convidar várias entidades empresariais do seu país, que operam no sector da Saúde, no sentido de visitarem a província de Cabinda para identificar possíveis áreas de investimento e oportunidades de negócios.

O embaixador, que teve ainda ontem um encontro com a governadora de Cabinda, Suzana de Abreu, disse que quadros indianos vão cooperar no domínio da formação e do ensino superior em Cabinda. A governadora, acrescentou, mostrou interesse em reforçar a cooperação neste domínio.

“Os dois países vão reforçar a área de formação de quadros e reforçar a cooperação bilateral existente entre o Estado angolano e a Índia, cujas relações diplomáticas já se estendem por um período de 40 anos”, referiu.

Vidhu P. Nair espera que nos próximos tempos os dois países continuem juntos para que possam alavancar o sector

económico da província de Cabinda. Antes do encontro com a governadora de Cabinda, o embaixador da Índia visitou a Hong Tools (fábrica de tinta de água e de cimento cola) e a fábrica de oxigénio, duas empresas indianas ligadas ao campo industrial. Na província de Cabinda, o diplomata indiano visitou, também, as diversas instituições de ensino superior públicas e privadas.

Consta que Angola beneficiou de mais de dois mil milhões de dólares da Índia, no âmbito de investimentos nos sectores da indústria e agricultura. O volume de negócios, dos dois países, ultrapassa, nesta altura, os 44 mil milhões de dólares.

Actualmente, existem 61 empresas indianas no país com um investimento na ordem de 1,5 mil milhões de dólares. A Índia é o terceiro maior parceiro comercial de Angola, depois da China e Portugal. As relações diplomáticas entre a Índia e Angola iniciaram em 1985 e mantêm, até ao momento, uma cooperação sólida e cordial. (J.A.)++++

## **Angola e Peru decidem fortalecer a cooperação**

As autoridades de Angola e do Peru discutiram, segunda-feira, em Luanda, estratégias para o fortalecimento das relações bilaterais, com destaque para a concertação político-diplomática e a dinamização dos laços económicos.

As posições foram concertadas durante um encontro entre o secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Vieira Lopes, e o novo embaixador indigitado da República do Peru em Angola, com estatuto de não residente, José Javier Augusto Shaw, que serviu, também, para a apresentação das Cartas Figuradas do diplomata.

O momento, de acordo com uma nota do Ministério das Relações Exteriores, serviu, também, para as duas entidades debruçarem-se sobre questões relacionadas com o fortalecimento das relações bilaterais entre Angola e o Peru, entre as quais se destacam a concertação político-diplomática e dinamização das relações económicas.

A materialização de uma presença mais expressiva do Peru no quadro geopolítico africano foi um dos pontos centrais da interlocução, no qual o diplomata peruano demonstrou a intenção do seu país fortalecer os laços político-diplomáticos com o continente africano através de missões diplomáticas e da participação em organismos regionais, nomeadamente a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O novo embaixador do Peru em Angola, com residência oficial em Pretória, República da África do Sul, referiu a prioridade atribuída pelo seu Governo ao estreitamento das relações com os países africanos de língua portuguesa, recordando, nesta conformidade, a candidatura do seu país ao estatuto de Observador Associado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma iniciativa que traduz a aposta estratégica peruana na aproximação ao espaço lusófono.

Trata-se da primeira vez que um embaixador peruano apresenta as Cartas Figuradas junto das autoridades angolanas, o que representa uma nova etapa nas relações bilaterais entre os dois países, sobretudo no âmbito dos laços político-diplomáticos e económicos.

Antes da sua nomeação para a chefia da missão diplomática na África do Sul e Angola, José Javier Augusto Shaw desempenhou as funções de ministro conselheiro na Embaixada do Peru na Rússia, facto que lhe conferiu vasta

experiência em matéria de diplomacia multilateral e relações internacionais.

### **Reforçados laços com o Sudão do Sul**

O secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Vieira Lopes, recebeu, também, ontem, as Cartas Figuradas de Simon Duke Michel, novo embaixador indigitado do Sudão do Sul em Angola, igualmente com estatuto de não residente.

Na ocasião, o diplomata sul-sudanês entregou ao secretário de Estado uma mensagem oficial do ministro das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional do Sudão do Sul, Ramadan Mohammed Abdal-lah Goc, dirigida ao seu homólogo angolano Tété António.

A entrega das Cartas Figuradas pelo embaixador Simon Duke Michel marca uma nova fase nas relações bilaterais entre Angola e o Sudão do Sul, abrindo caminho para maior dinamismo diplomático e o reforço da cooperação em diversas áreas.

Mesmo sem residência oficial em Angola, o diplomata sul-sudanês comprometeu-se a promover acordos bilaterais e estabelecer contactos directos com as autoridades angolanas, visando fortalecer os laços entre os dois países.

A mobilidade do embaixador sul-sudanês entre Angola e o país onde reside vai permitir um acompanhamento próximo das relações bilaterais, para garantir que as questões prioritárias da agenda diplomática comum sejam tratadas com competência e celeridade. (J.A.)++++

### **Mara Quiosa recebe em audiência embaixadores acreditados em Angola**

A vice-presidente do MPLA, Mara Quiosa, recebeu, na manhã desta segunda-feira, em audiências separadas vários diplomatas acreditados em Angola com os quais

**abordou temas ligados à cooperação.** Em audiências separadas, Mara Quiosa conversou com os chefes da Missão Diplomática da República Popular da China em Angola, Zhang Bin, do Reino Unido, Bharat Joshi, do Ghana, Mavis Esi Kusorgbor, e do Zimbabwe, Thando Madzvamuse. *(J.A.)++++*

### **Corredor do Lobito continua com financiamento garantido**

**O Corredor do Lobito é, actualmente, uma infra-estrutura através da qual passam, diariamente, enormes volumes de carga para a exportação e não só. A afirmação é do presidente do Conselho de Administração do Porto do Lobito.**

Celso Rosas falou à imprensa, recentemente, no Huambo, à margem do 1º Fórum de Oportunidades de Investimento ao Longo do Corredor do Lobito, que se realizou na última sexta-feira, disse que são sentidos os efeitos do Corredor do Lobito, pois, a partir da linha ferroviária do Caminho de Ferro de Benguela, chega grandes quantidades de produtos diversos, especialmente minérios provenientes da República Democrática do Congo, que são transportados por navios, para vários pontos do mundo.

Celso Rosas reconheceu, que a postura do Executivo angolano tem sido eficaz na resolução dos problemas dos cidadãos, através da implementação de fortes projectos, que estão na base do desenvolvimento do país.

E, o empresário Adérito Areias, da província de Benguela, considerou que, o 1.º Fórum de Oportunidades de Investimento ao Longo do Corredor do Lobito foi uma boa experiência, para promover o diálogo entre os membros do Governo, os investidores ligados ao sector produtivo e à banca, para discutir os assuntos ligados ao desenvolvimento económico do país.

“Essa interligação entre os membros do Governo e os empresários é extremamente positiva, pois fortalece as

expectativas, que a banca tem, para investir em pequenos, médios e grandes produtores, a fim de promover a produção e potencializar o sector da economia”, disse.

O empresário Adérito Areias acredita que o Corredor do Lobito é fundamental para a classe empresarial, pois permitirá o transporte de mercadorias do Lobito ao Luau e criará o desenvolvimento, gerando mais-valias para as populações.

Por sua vez, o empresário Raul Chiwewe, da província do Huambo, elogiou as potencialidades do Corredor do Lobito, porque está a possibilitar a importação de diversos produtos nos países da África Austral e pelo resto do mundo.

“Estamos motivados a produzir de forma diversificada, mas, também, queremos contar com o apoio da banca, para financiar os projectos e aumentar o volume de produção, principalmente olhar no agronegócio”, disse.

Raul Tchiwewe que também investiu no ramo agrícola, apontou que está a produzir grandes quantidades de milho, uma vez que o Corredor do Lobito oferece condições de transporte. (J.A.)++++

## **Banco Sol lança programa de Expansão de Bolsas de Estudo**

O Banco Sol lançou, hoje, um programa de Expansão de Bolsas de Estudo, na província do Icolo e Bengo, que pode atingir 900 mil alunos, dos quais 450 mil meninas das 21 regiões do país.

De acordo com uma nota, enviada ao JA Online, o lançamento oficial do programa, em parceria com o Ministério da Educação e o Banco Mundial, pretende apoiar o acesso à educação e contribuir para o desenvolvimento das comunidades fortalecendo o compromisso dos mesmos em promover a equidade no acesso à educação, uma educação inclusiva e o desenvolvimento social, oferecendo novas oportunidades de aprendizagem.

Nesta primeira fase de expansão, a iniciativa vai abranger 128.314 alunos do Bengo, do Cuanza-Norte, do Cuanza-Sul, do Cunene, da Huíla, do Icolo e Bengo, de Luanda, da Lunda-Norte e de Malanje. As actividades de lançamento foram realizadas em simultâneo nestas regiões, marcando o início de um programa de grande impacto social.

A subcomponente, integrada no Projecto de Empoderamento da Rapariga e Aprendizagem para Todos, tem, igualmente, como objectivo oferecer incentivos financeiros a estudantes matriculados no primeiro ciclo do ensino secundário e contemplar alunos da sétima, oitava e nona classes, bem como estudantes do primeiro e segundo anos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de instituições públicas e público-privadas, situadas em municípios com maior vulnerabilidade e índices elevados de evasão escolar.

Durante o acto de lançamento, foram, ainda, atribuídas, de forma simbólica, as primeiras bolsas de estudo a um grupo de alunos, refere o documento. (J.A.)++++

## **Abertura do Ano Judicial com foco na valorização dos operadores de Justiça**

A cidade do Negage, na província do Uíge, acolhe na próxima semana, dia 7 de Março, a abertura do Ano Judicial, subordinado ao lema “Por uma justiça célere e eficiente, modernizemos os tribunais e valorizemos os operadores de justiça”.

De acordo com uma nota do Tribunal Supremo, um dos pontos mais altos da cerimónia de abertura é o discurso do Presidente da República, João Lourenço, seguida das intervenções do presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Joel Leonardo, do procurador-geral da República, Hélder Pitta Gróz, e do bastonário da Ordem dos Advogados de Angola.

O evento acontece nos termos do nº2 do artigo 7º da Lei 29/22, de 29 de Agosto, Lei Orgânica Sobre a Organização e Funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum. Do programa de actividades na província do Uíge, constam, igualmente, a implementação do Tribunal da Comarca do Negage no dia 5 de Março e a inauguração do Tribunal da Relação do Uíge no dia 6 pelo presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

De referir que a escolha da província do Uíge para a abertura do Ano Judicial foi feita, em 2024, na última sessão do Plenário do Tribunal Supremo, durante o qual também foi definido o lema. (J.A.)++++

## **Parlamento Pan-Africano avalia conflito armado na RDC e Sudão**

Uma delegação parlamentar, encabeçada pelo deputado Manuel Augusto, participa, de 18 a 28 de Fevereiro, em Joanesburgo, África do Sul, nas reuniões das Comissões Permanentes e de outros órgãos do Parlamento Pan-Africano.

A reunião, subordinada ao lema “Justiça para os africanos e as pessoas de ascendência africana através de reparações”, escolhido pela União Africana (UA) para 2025, tem como objectivo reparar as injustiças históricas causadas pelo colonialismo, escravidão e discriminação sistemática.

Os trabalhos incluem debates sobre segurança, direitos humanos, finanças, comércio e migração. Entre os principais temas destacam-se o agravamento da situação do conflito no Leste da República Democrática do Congo e no Sudão, com vista ao alcance de soluções para o cessar fogo e o apoio às populações, expostas a uma crise humanitária sem precedentes.

Em discussão está também a execução orçamental da União Africana para 2024, a elaboração do orçamento para 2026 e a afectação do orçamento programático para 2025. De igual modo, serão apreciados os Procedimentos Operacionais Padrão para a Gestão do Orçamento de Austeridade e apresentado o Plano de Mobilização de Recursos para 2025.

No âmbito organizacional, a Comissão do Regimento, Privilégios e Disciplina vai fazer a verificação dos deputados recém-nomeados para o Parlamento Pan-Africano. O programa prevê, também, uma formação sobre os manuais operacionais do Parlamento Pan-Africano e da União Africana, promovida numa reunião conjunta entre a Comissão de Auditoria e Contas Públicas e a Comissão do Regimento, Privilégios e Disciplina.

A delegação angolana, liderada pelo deputado Manuel Augusto, é composta pelos parlamentares Adalberto Costa Júnior, Arlete Borges e Maria Tyipenge Escovalo. O evento conta ainda com a participação de deputados de Cabo Verde e Moçambique, que tomaram posse como novos membros do Parlamento Pan-Africano após a formação do novo Governo moçambicano.

De referir que o Parlamento Pan-Africano funciona em sessões plenárias e reuniões dos Comitês Especializados, além de realizar outras missões como, por exemplo, a observação eleitoral.

Sobre o conflito armado na República Democrática do Congo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, sexta-feira, por unanimidade, em Nova Iorque, a resolução 2773, que condena, veementemente, a ofensiva do grupo rebelde M23 nas províncias do Kivu do Norte e Kivu do Sul, na República Democrática do Congo (RDC).

A resolução 2773 condena o apoio do Rwanda ao M23 e exige a retirada imediata das forças rwandesas do território congolês sem condições prévias. (J.A.)++++

## **UNITA solicita audições conjuntas a onze ministros**

O Grupo Parlamentar da UNITA submeteu, segunda-feira, ao gabinete da presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, solicitações para audições parlamentares aos titulares dos ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos, da Administração do Território, do Interior, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e das Finanças.

A nota de imprensa do Grupo Parlamentar do maior partido na oposição justifica a medida com a necessidade de se verem esclarecidas “algumas questões que têm impactado o normal funcionamento das instituições, dos seus funcionários e dos cidadãos”.

O documento esclarece que o pedido de audição conjunta aos ministros da Justiça, da Administração do Território e do Interior tem como objectivo prestar informação sobre o número de cidadãos presos e detidos, e o excesso de prisão preventiva, as condições dos governos provinciais do Cuando, Icolo e Bengo e Moxico Leste, suas sedes provinciais e novos municípios.

A falta de bilhetes de identidade, enquadramento de professores aprovados no último concurso público, desafios enfrentados pelo sector das Pescas e preocupações ambientais relacionadas com a gestão de resíduos sólidos e líquidos em Luanda estão entre as questões levantadas pelos parlamentares da UNITA.

De referir que as solicitações de audições contemplam também os ministros da Educação, das Pescas e Recursos Marinhos, Obras Públicas, da Energia e Águas e do Ambiente.

O Grupo Parlamentar sustenta o pedido de audições com base nas reclamações recebidas dos cidadãos, associações, sindicatos e empresas, que denunciam falhas na prestação de serviços essenciais e incumprimentos por parte das entidades governamentais. (J.A.)++++

**Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 25 de Fevereiro de 2025**

Av.ª da República nº68, 1069-213  
Lisboa – Portugal  
Telf.: (+351) 965902180  
Fax: (+351) 217 951 778  
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



**mirex.gov.ao**  
Ministério das Relações Exteriores